



A RELEVÂNCIA DA CATEGORIA GÊNERO E DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO NAS DISCUSSÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO DO TRABALHO¹

The relevance of the gender category and the social relations of sex in discussions on an organization and division of labor

MOREIRA, Lucimara²

GUIMARÃES, Ludmila de Vasconcelos Machado³

QUIRINO, Raquel⁴

RESUMO

A mulher é apontada como a principal responsável pelo trabalho de manutenção da vida, e quando está no mercado de trabalho, acaba acumulando os serviços produtivo e reprodutivo. A partir deste entendimento propomos neste ensaio debater a importância da divisão sexual do trabalho, e relações sociais de sexo, nas discussões clássicas sobre a divisão do trabalho. Para tanto, partimos dos estudos de Smith, Durkheim, Marx e Engels sobre divisão do trabalho, passando às obras de Kergoat e Hirata sobre divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. Neste percurso foram evidenciadas aproximações entre Smith, Marx e Engels quanto à materialidade na base da formação da sociedade, sendo que Marx e Engels ampliam a discussão inserindo a exploração entre as classes, e distanciamentos entre Smith e Durkheim – enquanto um vê as trocas como elo que une as pessoas, o outro atribui à consciência da interdependência essa mesma função. Entretanto observa-se que a especificidade da condição feminina não foi considerada. A divisão sexual do trabalho demonstra que socialmente há trabalhos ditos para homens e mulheres, sendo o do homem mais valorizado. Essa divisão mostra-se como a base material que altera as relações sociais entre homens e mulheres, gerando uma tensão constante que colabora com a manutenção da desvalorização, social e econômica, das mulheres. Com isso, conclui-se que a variável gênero é relevante nas discussões sobre a divisão do trabalho e a produção e reprodução social.

Palavras-chave: Divisão do Trabalho. Divisão Sexual do Trabalho. Relações Sociais de Sexo.

ABSTRACT

Women are appointed as the main responsible for life-sustaining work, and even when in the labor market, they accumulate productive and reproductive services. From this understanding we propose, in this essay, debate the value of the sexual division of labor, and social relations of sex, in the classical discussions about the division of labor. For this, we start from the studies of Smith, Durkheim, Marx and Engels on division of labor, and moving to the conceptual work of Kergoat and Hirata on sexual division of labor and social relations of sex. Approaches between Smith, Marx and Engels regarding materiality on the basis of the formation of society were evidenced in this path, and Marx and Engels go deeper on the discussion of classes exploration, and distances between Smith and Durkheim - while one sees the

¹ A primeira versão do texto foi apresentada no II Simpósio Nacional Educação, Marxismo e Socialismo; (ii) O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

² Mestranda em Educação Tecnológica pelo CEFET-MG. Graduada em Engenharia Mecânica pelo CEFET-MG. Integrante do Grupo de Pesquisa Formação e Qualificação Profissional (FORQUAP) no CEFET-MG. Bolsista CAPES. E-mail: lucmoreira@yahoo.com.

³ Doutora em Administração pela UFMG. Coordenadora do Núcleo de Estudos Organizacionais Sociedade e Subjetividade (NOSS). Pesquisadora do NERHURT/PUC. Tutora do Programa de Educação Tutorial (PET) de Administração do CEFET-MG. Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração do CEFET-MG. E-mail: ludmilavmg@gmail.com.

⁴ Doutora em Educação pela UFMG. Mestra em Educação Tecnológica pelo CEFET-MG. Graduada em Pedagogia pela UFMG. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Formação e Qualificação Profissional (FORQUAP) no CEFET-MG. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do CEFET-MG. E-mail: quirinoraquel@hotmail.com.

exchanges as a link. between people, the other attributes the same function to interdependent consciousness. However, it is observed that the specificities of the female condition were not considered. The sexual division of labor demonstrates that there are socially determined jobs for men and women, and men's work is most valued. This division appears as the material basis that changes the social relations between men and women, generating a tension that contributes to the maintenance of the social and economic devaluation of women. Thus, it is concluded that the gender variable is extremely relevant in discussions about the division of labor and social production and reproduction.

Keywords: Division of Labor. Sexual Division of Labor. Social Relations of Sex.

INTRODUÇÃO

As mulheres compõem uma importante parcela dentre os trabalhadores. Os indicadores no Brasil revelam, conforme Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD (IBGE, 2018), que as elas são 43,5% das pessoas ocupadas⁵ no país. Portanto, quase metade dos trabalhadores que estão exercendo alguma atividade econômica possuem demandas diferenciadas em comparação aos homens. Elas continuam “sendo as principais responsáveis pelas atividades domésticas e pelos cuidados com os filhos e demais familiares, o que representa uma sobrecarga para aquelas que também realizam atividades econômicas” (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2007, p. 48).

Longino (2008) atenta que, apesar da ciência positivista demonstrar a importância da universalidade embasada no método cartesiano e apresentar como fonte de autoridade a razão purificada e descorporificada, os estudos feministas levantam a importância de situar o sujeito sexuado no tempo e espaço. Essa corporificação significa levar em consideração que o referido sujeito está em um determinado lugar, em um dado momento, e orientado de determinadas formas em seu meio ambiente.

Com base na epistemologia feminista, sem desmerecer ou desqualificar o conhecimento gerado até então, mas trazendo um ponto de vista situado, o conceito de divisão sexual do trabalho vem enriquecendo as discussões sobre o trabalho e as suas divisões, e mais ainda, as relações sociais de sexo que estão no âmago da sociedade.

Apresentado esse contexto, compreendemos que se faz necessária a discussão acadêmica sobre a importância da divisão sexual do trabalho e das relações sociais de sexo nas abordagens clássicas sobre a divisão do trabalho. Assim, tomamos esse como objetivo deste ensaio, e recorreremos às obras de Danièle Kergoat e Helena Hirata (HIRATA; KERGOAT, 2007; KERGOAT, 2009) como referências teóricas para a discussão, já que trazem à tona as questões relativas ao gênero e suas articulações com a divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo.

Em relação às obras clássicas sobre a divisão do trabalho, trabalhamos com as obras de Adam Smith (CERQUEIRA, 2004; COUTINHO, 1999; PAULA *et al.*, 2016; RUBIN, 2014; SMITH, 1996), Émile Durkheim (CAETANO, 2007; DURKHEIM, 1999; ENDLICH, 1997; QUINTANEIRO *et al.*, 2003; SELL, 2010), Karl Marx e Friedrich Engels (ALVES,

⁵ Segundo o IBGE (2018) “são classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que, nesse período, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.), ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou parente que reside em outro domicílio, ou, ainda, as que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana”.

2014; BOTTOMERE, 1988; CAETANO, 2007; GORENDER, 2001; MARX; ENGELS, 2001; QUINTANEIRO *et al.*, 2003).

Apesar de termos uma gama de estudiosos que tratam da divisão do trabalho, a escolha por Adam Smith se deve-se à sua relevância na economia clássica e por ser precursor na organização deste conceito, sendo Émile Durkheim, Karl Marx e Friedrich Engels críticos de sua obra, ampliando o debate acerca da formação social tendo por base a divisão do trabalho.

O que podemos compreender com essa discussão, que é parte de um estudo em desenvolvimento há dois anos por um grupo de pesquisa, é que a divisão sexual do trabalho vem avançar na concepção clássica sobre a divisão do trabalho, trazendo aspectos que tratam da subjetividade sexuada dentro das classes, o que influencia diretamente a forma como o trabalho e a sua organização se dão. As relações sociais de sexo, tendo como base material a divisão sexual do trabalho, demonstram que o fato de socialmente haver trabalhos ditos para homens e para mulheres, e o trabalho do homem ser mais valorizado, perpetua a desvalorização social e econômica da mulher, mantendo-a em uma posição subalterna, e dificultando a equidade entre os gêneros.

OS CLÁSSICOS: ADAM SMITH, A DIVISÃO DO TRABALHO E AS TROCAS

Cerqueira (2004, p. 423) alerta para a falta de um conceito ou de um arranjo de conceitos, até o século XVII, sobre o que se denomina hoje Economia. Conceitos econômicos tais como trocas, preços, dentre outros eram citados, mas, “o que não havia era a combinação destes temas em um conjunto unitário e articulado de saberes, dotado de princípios próprios”.

Coutinho (1990) corrobora tal afirmação explicando que a partir da metade do século XVII as obras de Petty, Catillon e Quesnay já suscitavam reflexões sobre esse novo campo, mas foi Adam Smith que cunhou uma temática própria, uma ciência do pensamento econômico - a economia política clássica. Em parte, isso se deve à expressão política que sua obra “Riqueza das Nações” (SMITH, 1996), obteve ao confrontar o protecionismo mercantilista vigente. Por isso,

a Riqueza das Nações é uma síntese da temática típica da reflexão econômica dos séculos XVII e XVIII, reunindo de modo original e em uma trama coerente, os fios antes dispersos da cena material e cultural do capitalismo nascente (COUTINHO, 1990, p. 101).

Quando Smith inicia sua obra com a frase “o trabalho anual de cada nação constitui o fundo que originalmente lhe fornece todos os bens necessários e os confortos materiais que consome anualmente” (SMITH, 1996, p. 59), introduz algo novo na ciência econômica. Neste momento o foco até então direcionado pelo mercantilismo para o comércio é deslocado para o trabalho e seus desdobramentos sociais. Entendendo trabalho, neste contexto, como o trabalho total de uma nação - agregado sob a forma de uma divisão social do trabalho - e riqueza como o total de produtos ou artigos de consumo (RUBIN, 2014).

Se o trabalho é o gerador de riquezas, segundo Rubin (2014), há duas formas de desenvolvê-lo: (i) aumentando a produtividade do trabalhador individual, por meio da divisão do trabalho; (ii) ou aumentando o número de trabalhadores produtivos, o que demanda um aumento e uma acumulação de capital para mantê-los. Pensando nisso Smith divide o livro “Riqueza das Nações” em dois volumes, sendo que o primeiro

começa com a divisão do trabalho, passando ao fenômeno da troca (dinheiro, valor) e da distribuição da produção (salários, lucro, renda) e, o segundo, contendo a teoria do capital, a doutrina da acumulação de capital e o trabalho produtivo.

Continuando com Rubin (2014, p. 226), a genialidade dessa obra reside no fato de ter sido iniciada a partir de uma descrição eloquente sobre a divisão do trabalho, o que causou um forte impacto em virtude do seu alcance, e da descrição da sociedade de mercadorias, que

emerge de um só golpe como uma sociedade baseada, por um lado, na divisão do trabalho e, por outro lado, na troca entre unidades econômicas individuais - em outras palavras, como uma sociedade baseada no trabalho e na troca (uma "sociedade comercial", para usar o termo de Smith).

Direcionando o foco para a divisão do trabalho, Smith (1996) relata que para aumentar o excedente da produção é necessário dividir o trabalho em várias tarefas mais simples do que o todo. Tal divisão poderia fazer o trabalho ser executado com mais agilidade em comparação com o modelo de uma pessoa executando todo o processo, alcançando um aumento significativo na produção. O executor da tarefa também é relevante, sendo importante buscar na sociedade a pessoa mais habilidosa para tal; habilidade essa que “parece não provir tanto da natureza, mas antes do hábito, do costume, da educação ou formação” (SMITH, 1996, p. 75).

Smith (1996) ainda aponta três circunstâncias distintas advindas da divisão do trabalho e responsáveis pelo aumento de produtividade: (i) a destreza que o trabalhador adquire se empenhando a somente uma etapa da produção; (ii) a redução do tempo perdido entre a passagem de uma tarefa a outra; (iii) e a invenção de máquinas que agilizam o trabalho e possibilitam que um número reduzido de trabalhadores execute a mesma tarefa de um grupo maior.

Entretanto, a invenção de máquinas faz surgir uma nova classe de trabalhadores a quem Smith chama de filósofos ou pesquisadores - desenvolvedores e detentores dos meios (máquinas) de produção -, cujo trabalho não é a fabricação de produtos, “mas observar cada coisa, e que, por essa razão, muitas vezes são capazes de combinar entre si as forças e poderes dos objetos mais distantes e diferentes” (SMITH, 1996, p. 70). Devido a evolução da sociedade, a ocupação de filósofos e pesquisadores passou a ser exercida por uma categoria específica de pessoas.

Conforme observam Cerqueira (2004), Rubin (2014), e Paula *et al.* (2016), Smith ignora a diferença entre os dois tipos de divisão do trabalho que ele mesmo menciona – a divisão técnica e a divisão social –, concentrando-se exclusivamente no aumento da produtividade. Contudo Rubin (2014) demonstra que nessa descrição de interdependência material e técnica, entre os diferentes membros da sociedade, a postura assumida foi a de “que esses indivíduos gozam de uma harmonia completa de interesses” (RUBIN, 2014, p. 228-229), esquecendo o fato de que todos os produtores estão vendendo seus produtos para o mercado, e que a luta pelo preço cria um profundo antagonismo entre os envolvidos.

À vista disso,

a preocupação de Smith com as vantagens materiais e técnicas da divisão do trabalho, mais do que com a forma social que esta assume numa economia de troca de mercadorias, leva-o a superestimar os elementos de harmonia numa tal economia e a ignorar as contradições e antagonismos que ela produz (RUBIN, 2014, p. 229).

Mesmo com os equívocos, para Rubin (2014, p. 230) a teoria de divisão do trabalho de Smith representou um grande avanço. Pensando na sociedade como uma grande fábrica e posicionando os indivíduos como pessoas que trabalham e trocam simultaneamente, a divisão do trabalho elevou cada um a participante de processos singulares de produção, no qual os produtos de todos são trazidos para um estoque comum (mercado), e cada um pode adquirir os produtos e talentos de outrem, fazendo com que todos sejam dependentes do trabalho de outras pessoas. Deste modo o grupo se une em uma única sociedade de trabalho, sendo que “Smith concebe essa sociedade de trabalho estritamente como uma sociedade de troca”.

Nas palavras de Smith (1996, p. 73), “essa divisão do trabalho, da qual derivam tantas vantagens, não é, em sua origem, o efeito de uma sabedoria humana qualquer”, mas sim, fruto da sua “propensão a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra”.

OS CLÁSSICOS: O OLHAR ORGÂNICO DE DURKHEIM SOBRE A DIVISÃO DO TRABALHO

O principal objetivo de Émile Durkheim foi conferir à sociologia uma reputação científica, voltando toda a sua obra para o que ele julgava ser o maior empecilho dessa ciência até aquele momento: “a falta de um método consistente e elaborado de análise sociológica”. Também desenvolveu estudos pioneiros na área da sociologia da religião e do conhecimento, sobre individualismo e coesão social, e estudos empíricos sobre o fenômeno do suicídio. Foi um dos grandes analistas do mundo moderno e a sua tese sobre a divisão do trabalho social demonstra a complexidade da sociedade contemporânea marcada pela diferenciação social e a especialização das funções (SELL, 2010, p. 77).

Durkheim (1999, p. 429) critica o modelo de Smith e desenvolve a ideia de que a divisão do trabalho é relevante não “apenas porque ela faz de cada indivíduo um “trocador”, como dizem os economistas”, mas porque ela evidencia a importância da combinação de diversas interações concomitantes, tendo como amálgama “o direito e a moral [que] são o conjunto de vínculos que nos prendem uns aos outros, e à sociedade” (DURKHEIM, 1999, p. 420). Sendo a pressão social o modelador da moral humana, é devido à divisão social do trabalho que o homem retoma consciência da sua condição de dependência, e que faz aflorar a solidariedade social, base da ordem moral.

Dentre os pressupostos da teoria sociológica durkheimiana está a crença de que a sociedade possui um aperfeiçoamento gradual, governado pela lei do progresso. Então era necessário criar um novo sistema científico e moral afim com a ordem industrial emergente. O industrialismo se impunha como a marca da sociedade moderna difundindo a concepção de uma vida coletiva que não era apenas uma imagem ampliada da individual, mas um ser distinto, complexo, que não pode ser reduzido às partes que a formam (QUINTANEIRO *et al.*, 2003).

Partindo do pressuposto de que a sociedade tem precedência lógica sobre o indivíduo, Sell (2010) explica o fato social - segundo Durkheim - como toda a maneira de agir, fixa ou não, que exerça sobre o indivíduo uma coerção exterior. Destarte, possuem duas características essenciais: (i) são exteriores, sendo que o comportamento social não procede do indivíduo, mas da própria sociedade tendo como exemplo os papéis sociais assumidos (irmão, esposa, cidadão dentre outros) e, (ii) são coercitivos e impostos pela sociedade - mesmo sendo aceitas de bom grado-, e quando não são seguidos sente-se

a pressão da sociedade. “Por encontrar-se fora dos indivíduos e possuir ascendência sobre eles, consistem em uma realidade objetiva, são fatos sociais” (QUINTANEIRO *et al.*, 2003, p. 70).

Para Durkheim a sociedade é semelhante a um organismo vivo, no qual, segundo Caetano (2007), cada órgão possui uma função, e as partes (os fatos sociais) existem em função do todo (a sociedade). Ao fazer essa comparação são identificados dois estados em que a sociedade pode se encontrar, um normal - que designa os fenômenos que ocorrem com alguma regularidade, e o outro o patológico – em que os comportamentos põem em risco a harmonia e o consenso, arriscando a moral e a ordem vigente.

A sociedade moderna encontra-se em estado doentio, uma vez que deixou de exercer seu papel de freio moral para os indivíduos, e nem a religião, o Estado ou a família conseguiram instituir esse controle. Em consequência somente a solidariedade social poderia reestabelecer a coesão social (CAETANO, 2007). A especialização provocada pela divisão do trabalho traz ao indivíduo o sentimento de solidariedade orgânica, de coordenação e subordinação dos esforços. “Os indivíduos se agrupam independente da descendência do meio natural, da consanguinidade; a organização desta estrutura depende da atividade social, do meio profissional e a função que os indivíduos desempenham” (ENDLICH, 1997, p. 52). Isso posto,

a tese Durkheimiana é que a interdependência de funções consiste, por si mesma, em um valor moral. Ocorre que a divisão do trabalho transfere o eixo da moralidade da consciência coletiva para o indivíduo. Sem essa autonomia e independência, a divisão do trabalho não seria possível. Este é elo de dever que liga o indivíduo à sociedade (SELL, 2010, p. 91).

Sell (2010) retrata que a Teoria da Modernidade de Durkheim explica os efeitos que as transformações modernas causam na sociedade. Como a modernidade se caracteriza pela divisão do trabalho e pela especialização das funções, a “era da máquina” acentua a diferenciação social, fazendo com que a sociedade deixe de ser regida pela solidariedade mecânica (consciência coletiva, sociedade segmentada, direito repressivo – todos os atos criminosos devem ser punidos) e passe a ser orientada pela solidariedade orgânica (divisão social do trabalho, sociedades diferenciadas, direito restitutivo – restabelecer a ordem das coisas).

Para Sell (2010, p. 91-92), apesar da solidariedade orgânica encaminhar a sociedade para a coesão e harmonia, Durkheim admite que a sociedade moderna está longe desse ideal, sendo atravessada por crises, lutas e conflitos por ele denominados como formas anormais ou patológicas. Em seus estudos essas anomalias foram divididas em três grupos: (i) divisão do trabalho anômica, em que as “principais manifestações seriam as crises industriais e comerciais, o antagonismo entre trabalho, capital e falências”; (ii) a divisão do trabalho forçada, consideradas as “guerras de classes”; (iii) e a divisão do trabalho burocrática, sendo que “neste caso, a divisão especializada das tarefas está conjugada com a falta de produtividade e um desajuste na coordenação das funções”.

Apesar das críticas sobre as dificuldades dos trabalhadores em aceitar os limites de uma tarefa especializada, Durkheim, conforme Endlich (1997), continua argumentando a favor da divisão do trabalho, assegurando que ela por si só não traz malefícios, e alegando que o trabalhador não é uma máquina que repete movimentos, mas um indivíduo que sabe que suas ações tendem a algum lugar, servindo a um objetivo. Entretanto,

qual a possibilidade de um trabalhador se situar no interior do processo de produção e reconhecer a validade de seu trabalho? Mais do que isso - realmente ficaria tal trabalhador satisfeito? Parece que aqui estão algumas das lacunas da análise durkheimiana (ENDLICH,1997, p. 53).

OS CLÁSSICOS: A DIVISÃO DO TRABALHO E DE CLASSES SOCIAIS NO MARXISMO

Marx elaborou uma ampla teoria social que visava compreender a modernidade em sua dimensão econômica, e formulou uma crítica ao modo de produção capitalista que é marcado por relações de exploração e alienação. Embora, segundo Sell (2010), ele não tivesse o objetivo de fundar a sociologia como uma ciência, suas obras são clássicos da sociologia devido à relevância das suas discussões para a compreensão da sociedade moderna, sendo considerado um dos precursores do pensamento sociológico.

Marx e Engels (2001) iniciaram seus estudos sobre os homens em suas atividades reais, já que,

[se] não tem história, não tem desenvolvimento; ao contrário, são os homens que desenvolvendo sua produção material e suas relações materiais, transformam, com a realidade que lhes é própria, seu pensamento e também os produtos do seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência (MARX; ENGELS, 2001, p. 20).

Gorender (2001) destaca que Marx e Engels, influenciados pela obra de Smith (1996), reforçam a ideia do trabalho como criação de valor, acrescentando que esse é apropriado pelo dono do capital. Também explicam que a divisão do trabalho alcança seu ápice na separação entre o trabalho intelectual e o manual, criando assim duas classes que se articulam, uma dominando e explorando a outra. Enquanto o trabalho intelectual é um privilégio da classe dominante - ocupada do pensar -, o trabalho manual é exercido pelo proletariado que, iludido pela ideia de um interesse social comum, engendrada para que não enxergue a dominação que sofre, permanece alienado de sua real condição de explorado.

Sobre a divisão do trabalho no capitalismo, Marx denomina como divisão social do trabalho na manufatura e na sociedade. Nessa divisão o trabalhador passa a executar uma parte do produto, especializando-se em uma fração do processo que é dividido em etapas conforme a complexidade do produto. Essa divisão e especialização, que busca aumentar a produtividade, deprecia a força de trabalho. Portanto, o Capital cria uma cooperação social complexa, reunindo em um mesmo lugar ofícios iguais e diferentes, em prol de aumentar a produtividade para aumentar o lucro. Marx condena todas as sociedades que impõem uma divisão do trabalho sem considerar o bem-estar e a máxima realização do grupo e de cada indivíduo (ALVES, 2014).

Caetano (200?) constata que Marx reforça a teoria do economista inglês Adam Smith de que o trabalho seria a verdadeira fonte de riqueza da sociedade, e ainda amplia esse conceito demonstrando que a força de trabalho significa criação de valor, contudo, apropriado pelo capitalista.

Dessa maneira, Gorender (2001, p. 31) argumenta que,

com a divisão do trabalho, dá-se uma separação entre o interesse particular e o interesse comum. Os atos próprios dos indivíduos se erguem diante deles como poder alheio e hostil, que os subjuga. O interesse comum se erige encarnado no Estado. Autonomizado e separado dos reais interesses particulares e coletivos, o Estado se impõe na condição de

comunidade dos homens. Mas é uma comunidade ilusória, pois o Estado, por baixo das aparências ideológicas de que necessariamente se reveste, está sempre vinculado a classe dominante e constitui o seu órgão de dominação. Por consequência, as lutas de classe, que dilaceram a sociedade civil, devem tomar a forma de lutas políticas.

Como a alienação está associada às condições materiais da vida, somente será extinta se o processo de vida real for transformado por meio da ação política. Na sociedade capitalista o sujeito que efetua as potencialidades da história é o proletariado e, somente ele, tem a condição de se libertar da consciência alienada que confere à realidade histórica uma aparência mágica, enfeitada, mascarada pela classe dominante (QUINTANEIRO *et al.*, 2003).

À luz da teoria marxista, Bottomore (1988, p. 113) argumenta que a principal intenção da análise de Marx sobre o capitalismo é demonstrar como e porque os produtores são dominados pelo produto do trabalho, “como o trabalho morto, objetificado em sua existência como capital, exerce seu domínio sobre o trabalho vivo mediante as leis aparentemente objetivas da oferta e da procura”. Um dos pilares é a divisão do trabalho que é imposta aos indivíduos pela sociedade criada por eles. Se a produção é sempre uma atividade de objetificação do trabalho em produtos, as relações de classe são fundamentais para determinar que “enquanto há cisão entre o interesse particular e o interesse comum, enquanto [...] a atividade não é dividida voluntariamente, [...] a própria ação do homem se transforma em força estranha, que a ele se opõe e o subjuga” (MARX; ENGELS, 2001, p. 28).

É por essa razão, conforme Caetano (200?), que Marx afirma que a superestrutura é condicionada pela infraestrutura da sociedade; que a base econômica determina as bases política, jurídica e ideológica. Por isso, a preocupação central da obra de Marx é a libertação da classe operária de seu estado de alienação, que só será possível no momento em que o proletariado deixar de ser “classe em si” e se tornar uma “classe para si”, reconstruindo a sua consciência de classe. Nesse momento o proletariado estaria preparado para promover uma revolução social que depusesse a burguesia, extinguindo as classes sociais, suplantando a ordem social capitalista e construindo uma sociedade comunista.

PARA ALÉM DOS CLÁSSICOS: AS RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO QUE PERPASSAM O TRABALHO E AS SUAS DIVISÕES

Ao longo da história surgiram mulheres que não aceitaram a sua condição, lutaram pela sua liberdade e, algumas vezes, pagaram com a própria vida. Entretanto a primeira onda do feminismo só ocorreu a partir do final do século XIX, na qual as mulheres inglesas, e posteriormente em vários países, organizaram-se para lutar pelo direito ao voto (PINTO, 2010). O sufrágio universal, direito conquistado pelos homens da classe trabalhadora, não abrangeu as mulheres, então elas se organizaram e travaram uma luta em prol dessa conquista (ALVES; PITANGUY, 1991).

Já a década de 1960 é caracterizada por uma grande mobilização na luta contra a discriminação racial, o colonialismo, pelos direitos das minorias e reivindicações estudantis, evidenciando o individual sobre o coletivo e “deixando claro que o ser social não se esgota na sua experiência de classe” (ALVES; PITANGUY, 1991, p.58). Sendo profundamente influenciado por esse cenário, a segunda onda do movimento feminista ressurgiu com toda a força, desta vez questionando as relações de poder entre homens e mulheres. Conforme esclarece Pinto (2010, p. 16), as mulheres não querem somente

assumir seus espaços no trabalho, na educação e na vida pública, “mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo”.

Löwy (2009) acrescenta que nesse momento histórico iniciou-se uma reflexão sobre a ciência e o gênero, tema que ainda hoje causa controvérsias. O termo ciência e gênero foi descrito por pesquisadores adeptos do relativismo metodológico na ciência, e “sem negar a existência de fenômenos naturais independentes da vontade humana, postula que a compreensão deles é uma atividade social e cultural que, como tal, não é independente do tempo e do lugar da sua produção” (LÖWY, 2009, p. 40). Enquanto isso outros pensadores argumentam que a ciência é a implementação de um método, um sistema de regras que garante a sua aceitação, independente de quaisquer outras considerações. Isso torna difícil a inclusão do gênero, uma vez que a construção do saber universal não pode ser afetada pelas características dos pesquisadores, quer seja inerente ao gênero ou outras.

Ainda segundo Löwy (2009), em resposta ao discurso do saber universal, pesquisadoras que estudaram a relação entre ciência e gênero, dentre elas Sandra Harding, Donna Haraway, Ruth Bleier, Ludmilla Jordanova, Evelyn Fox Keller e Helen Longino, apresentaram uma visão diferenciada da ciência. Partindo da premissa de que o conhecimento sobre as leis da natureza provém de um trabalho em grupo e de um coletivo de seres humanos, não pode ser totalmente dissociado do lugar e do tempo da sua produção, pois “não há cultura fora da cultura, nem história natural fora da História” (LÖWY, 2009, p. 41).

Afinal, como Longino (2008, p. 506) alerta,

talvez um pouco desse paradoxo venha do pensamento de que "feminista" modifique "epistemologia" em vez de "epistemólogo". Feministas não devem deixar de ser feministas quando começam a exercer a filosofia, mas também não podem desistir inteiramente em vista das restrições e aspirações da filosofia.

Nessa mesma linha, Haraway (1995, p. 33-34) esclarece que a “questão da ciência para o feminismo diz respeito à objetividade como racionalidade posicionada”, em consequência disso suas imagens não transcendem os limites, não são visões de cima, “mas sim a junção de visões parciais e de vozes vacilantes numa posição coletiva de sujeito que promete uma visão de meios de corporificação finita continuada, de viver dentro de limites e contradições, isto é, visões desde algum lugar”.

Faz-se importante a inserção de algumas reflexões acerca do termo gênero e as categorias desenvolvidas como consequência. Conforme Scott (1995, p. 72) a aparição desse termo é supostamente atribuída às feministas anglo-saxãs, com o intuito de rejeitar o determinismo biológico associado ao termo sexo, e enfatizar o caráter social e relacional das distinções embasadas no sexo. Logo, as “justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas, mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação” (QUIRINO, 2015, p. 231).

Este conceito de gênero também foi assumido pelas feministas de base marxista, segundo Araújo (2000, p. 69-70), como um importante recurso analítico para refletir “os caminhos através dos quais os atributos e lugares do feminino e do masculino são social e culturalmente construídos”, porém com ressalvas. Como gênero é relacional, permite concatenar tanto a dominação como a emancipação que “envolvem relações de

interação, conflito e poder entre homens e mulheres”. Entretanto, a crítica marxista feminista pauta-se na centralidade da dimensão simbólica trazida pelo conceito, que empalidece a referência às práticas e relações materiais, correndo o risco de “abdicar de qualquer perspectiva estrutural de um sistema econômico e político mais amplo, só restando lugar para o simbólico, abstraído de bases concretas”.

Michèle Ferrand, referência dentre as feministas francesas, esclarece em entrevista (RIAL; LAGO; GROSSI, 2005, p. 681) que a adoção do termo gênero equivalente a sexo social não contou com a aprovação das pesquisadoras francesas “principalmente em razão da polissemia e da indefinição que seu uso trazia em diversas esferas”. Já relações sociais de sexo permitia “mostrar como a dominação masculina resulta de um duplo processo: a biologização do social e a socialização do biológico, ou seja, que o social interpretava o sexo biológico, conferindo-lhe um determinado sentido”.

Independente da corrente teórica adotada, se gênero conforme as pesquisadoras anglo-saxãs ou relações sociais de sexo, como proposto pelas pesquisadoras francesas, é imprescindível sexuar o sujeito, não desprezando esta categoria de análise.

Continuando a construção deste conhecimento situado e corporificado, e a importância do recorte de gênero para as discussões acerca da divisão social do trabalho, Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007), representantes do “movimento feminista francês [que] se definiu profundamente marcado pelo marxismo como teoria de referência” (QUIRINO, 2015), formulam a teoria das relações sociais de sexo e postulam o trabalho, com sua divisão entre os sexos, como a base material das desigualdades entre homens e mulheres a partir de sua separação e hierarquização das atividades realizadas por eles.

Porém, antes de adentrar no conceito de divisão sexual do trabalho, torna-se relevante tecer algumas considerações sobre as obras de Marx e Engels. Na visão de Ribeiro e Hanashiro (2016), apesar de não fazerem alusões claras à relevância da situação da mulher na sociedade, eles as percebiam em duas situações, como operária - equiparada às crianças, em um trabalho quase escravo -, ou como mão de obra não remunerada em casa, dado que,

em “A ideologia alemã” (1999, p.17), referem-se à escravatura latente, já no período da propriedade tribal e Engels, em A origem da família, da propriedade privada e do Estado (1984), à “escravidão doméstica”, destacando a condição de exclusão social a que estava submetida a mulher (RIBEIRO; HANASHIRO, 2016, p. 95).

Já Alves e Pitanguy (1991, p. 40) relatam que a “partir da análise das relações de produção do sistema capitalista, entende-se a condição da mulher como parte das relações de exploração na sociedade de classes”, e destacam a contribuição de Friedrich Engels com o livro “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, iniciando assim o debate acerca do tema com base nos movimentos socialistas.

Tomando como referência a teoria marxista, que se volta para a desconstrução das hierarquias tidas como naturais, Ribeiro e Hanashiro (2016) descrevem que as relações sociais não são as únicas relações importantes, sendo o gênero um exemplo, dentre tantas outras. No entanto, aos olhos de Marx, as relações de classes sociais ganhavam destaque à medida que criam um campo de atuação em que as outras relações operam. Essa perspectiva teórica é interessante para as questões de gênero, já que o ponto mais importante da teoria mostra que as hierarquias entendidas como naturais não o são, “mas que elas são, acima de tudo, social e politicamente construídas e preservadas pelo poder” (RIBEIRO; HANASHIRO, 2016, p. 95).

As hierarquias aparecem e desaparecem em determinados momentos históricos e sociais e isso vale tanto para o gênero como para as classes sociais. Marx e Engels (1999, p. 17 *apud* RIBEIRO; HANASHIRO, 2016, p. 160) avocam a “escravatura latente” que “tomava a forma dentro da família repousando sobre a supremacia dos homens sobre o trabalho de suas mulheres e de suas crianças”.

A noção moderna de trabalho, conforme preconizada pela economia clássica, traz uma dupla definição. Na primeira o trabalho é uma característica geral e genérica das ações dos homens e, na segunda, considera as trocas entre homens e natureza produzidas em condições sociais determinadas. Essas definições partem de um modelo assexuado de trabalho, portanto fixo, e uma vez conjugado com relações sociais, sempre mutáveis, faz com que essa dupla definição não seja apropriada considerando as relações situadas em um contexto histórico, tornando possível considerar o sexo social como uma das variáveis nas reflexões sobre o trabalho (HIRATA; ZARAFIAN, 2009).

Na década de 1970 as discussões sobre o desenvolvimento histórico do conceito de trabalho, conforme relatam Hirata e Zarafian (2009), começaram a trazer a dimensão sexuada para as suas análises, considerando a inclusão do sexo social e do trabalho doméstico no conceito de trabalho. Essa reconceitualização abarcou também o trabalho não assalariado, não remunerado, não mercantil e informal. “Trabalho profissional e trabalho doméstico, produção e reprodução, assalariamento e família, classe social e sexo social são considerados categorias indissociáveis” (HIRATA; ZARAFIAN, 2009, p. 254).

No intuito de acrescentar mais um ponto de vista à discussão, Saffioti (1985, p. 98) argumenta que a justaposição entre os sexos e as relações de classe tem consequências dramáticas para os trabalhadores, em virtude de práticas políticas ou de objetivos conflitantes. Posto isso, “a divisão sexual do trabalho está na base da subordinação da mulher ao homem, relação de dominação esta que coloca o fenômeno da reprodução como subordinado da produção”.

O termo divisão sexual do trabalho pode ser utilizado tanto para contextualizar a variação de profissões no tempo e espaço entre homens e mulheres, como para analisar a divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos. Hirata e Kergoat (2007) partem da segunda acepção do termo, demonstrando que as desigualdades são sistemáticas e geram processos de hierarquização de atividades e do sexo a elas relacionadas, explicando assim a origem das desigualdades entre homens e mulheres no mundo do trabalho.

Partindo desse pressuposto, conforme Kergoat (2009), a divisão social do trabalho se organiza a partir de dois princípios: o da separação entre trabalhos de homens e de mulheres; e o da hierarquia, no qual o trabalho do homem vale mais que o da mulher. Tais princípios são observados em todas as sociedades, independente do tempo e espaço, e legitimados pela ideologia naturalista que “relega o gênero ao sexo biológico e reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados, os quais remetem ao destino natural da espécie” (KERGOAT, 2009, p. 68).

Hirata e Kergoat (2007) descrevem que a divisão sexual do trabalho acompanha a própria diferença social de relacionamento entre os sexos, que privilegia o homem na esfera produtiva e a mulher na esfera reprodutiva, ficando os homens com as funções de maior valor social. Desse modo, “algumas configurações de gênero assumem o lugar do “real” ou natural em detrimento de outras, instituindo e consolidando regimes de poder

e opressão” (DINIZ, 2016, p.144). Evidenciam-se aí situações de opressão e exploração contra a mulher.

Nesse contexto, Quirino (2011, p. 64) traz os conceitos e a distinção entre opressão e exploração. A opressão surge quando as diferenças entre seres humanos são utilizadas para desqualificar uma das partes em detrimento de outra, gerando “uma situação de desigualdade de direitos, de discriminação social, cultural e econômica”, enquanto a exploração “é um fato econômico assentado sobre a submissão de um ser humano ao outro e dá origem à divisão da sociedade em classes”.

Apesar dos dois princípios organizadores, da separação e hierárquico, serem encontrados em todas as sociedades conhecidas e legitimados pela naturalização da ideologia, isto não significa, para Hirata e Kergoat (2007), que a divisão sexual do trabalho seja vista como imutável. Pelo contrário, suas modalidades concretas demonstram ampla variação no tempo e no espaço, percebendo-se que “o que é estável não são as situações (que evoluem sempre), e sim a distância entre os grupos de sexo”, trazendo a reflexão de que “essa distinção entre princípios e modalidades e a insistência sobre a noção de distância é que permitem desconstruir o paradoxo [...]: tudo muda, mas nada muda” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 600).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho foi fomentar a discussão acadêmica sobre a importância da divisão sexual do trabalho e das relações sociais de sexo nas abordagens clássicas sobre a divisão do trabalho. Partindo de uma revisão da literatura acerca da divisão do trabalho nos estudos de Adam Smith, Émile Durkheim, Karl Marx e Friedrich Engels, no intuito de apreender de forma sucinta a dimensão do tema para cada um dos pensadores, evidenciam-se aproximações entre os pensamentos de Smith, Marx e Engels, e distanciamentos entre Smith e Durkheim.

O trabalho figura-se como a base material formadora da sociedade nas teorias de Smith e de Marx, haja vista que para ambos a divisão das atividades distingue os indivíduos, separando-os em classes conforme a natureza das atividades que exercem. Apesar dos apontamentos de Smith sobre classe não serem profundos, nesse ponto o marxismo deu um salto vindo a embasar toda a sua teoria: a exploração e alienação de uma classe pela outra

Por outro lado, Smith inova, conforme Rubin (2014), ao pensar no indivíduo dentro de um processo de troca constante, posicionando-o como produtor e consumidor dentro do mercado, e mostrando a união gerada a partir dessa troca. Entretanto pensou em uma sociedade harmônica, em que o próprio movimento de trocas pudesse gerar o equilíbrio do sistema.

Já entre Smith e Durkheim observa-se uma aproximação com relação à divisão de tarefas, porém um antagonismo em relação à divisão social advinda desta mesma divisão de tarefas. Enquanto Smith descreve a formação de grupos sociais com base na destreza com a qual cada indivíduo executa as tarefas, Durkheim entende que o amalgama que reúne essas pessoas é a solidariedade orgânica que surge da retomada de consciência da sua condição dependente perante os outros. Se para Smith a vocação para a troca une os homens, para Durkheim a moral é a responsável por essa mesma união.

Neste ponto percebe-se dois caminhos advindos da crítica de Durkheim, Marx e Engels. Enquanto Durkheim (1999) esclarece que a divisão do trabalho faz com que as pessoas tenham consciência da sua relação de interdependência, já que parte do trabalho de um complementa a do outro. Marx e Engels corroboram com a visão das trocas de mercado como um elo de ligação da sociedade, porém sem que haja equilíbrio porque há uma classe que detém o capital e explora a outra, essa alienada da sua condição (GORENDER, 2001).

Apesar de refletirem sobre a formação e reprodução social a partir da divisão do trabalho, os autores acima não elaboram nenhum pensamento acerca das especificidades do trabalho da mulher, que é a principal responsável pelas tarefas domésticas e criação dos filhos, tarefas essas que não são valorizadas socialmente, e muitas vezes acumulam essas funções com o trabalho remunerado.

Isso posto, os movimentos feministas e a epistemologia feminista trazem à tona a importância de se considerarem as demandas específicas de determinados grupos que integram a sociedade, não em detrimento do caráter universal do conhecimento, mas justamente para abarcar camadas que possuem pouca representatividade não só no cenário científico, como também político, econômico e social.

Desta forma, a divisão sexual do trabalho vem agregar aos estudos a subjetividade sexuada dentro das classes, o que influencia diretamente a forma como o trabalho e a sua organização se dão. As relações sociais de sexo, tendo como base material a divisão sexual do trabalho, demonstram que o fato de socialmente haver trabalhos ditos para homens e para mulheres, e o trabalho do homem ser mais valorizado, perpetua a desvalorização social e econômica da mulher, mantendo-a em uma posição subalterna, e dificultando a equidade entre os gêneros.

Os movimentos feministas e a epistemologia feminista trazem à tona a importância de se considerarem as demandas específicas de determinados grupos que integram a sociedade, não em detrimento do caráter universal do conhecimento, mas justamente para abarcar camadas que possuem pouca representatividade no cenário científico. Desta forma, a divisão sexual do trabalho vem agregar aos estudos sobre a sociedade alicerçados na divisão de classes. Embora considere o trabalho como a base material da formação social, a divisão sexual do trabalho aborda a subjetividade sexuada dentro das classes, o que influencia diretamente a forma como o trabalho e a sua organização se dão.

Por fim, apesar da especificidade feminina ser pensada como epistemologia somente a partir da década de 1970, recente em comparação com os demais pensadores descritos neste texto, acredita-se que a divisão sexual do trabalho seja tão importante quanto as demais teorias para refletir sobre a produção e reprodução da sociedade, sem perder a base material ontológica da formação do ser social.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Branca Moreira, PITANGUY, Jacqueline. **O que é Feminismo?** 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- ALVES, Paulo Roberto. A Divisão do Trabalho em Durkheim, Marx e Weber. **Diálogos Interdisciplinares**, v. 3, n. 1, p. 46-58, 2014. Disponível em: <https://revistas.brazcubas.br/index.php/dialogos/article/view/43>. Acesso em: 05 set. 2018.

ARAÚJO, Clara. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. Dossiê Crítica Marxista. **Crítica Marxista**, n. 11, p. 63-70, 2000. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie28Dossie%201.pdf>. Acesso em: 05 set. 2018.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalho, educação e rendimentos das mulheres no Brasil em anos recentes. In: HIRATA, Helena. SEGNINI, Liliانا. (Org.). **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: SENAC, 2007. p. 43-88.

CAETANO, Érika de Cássia Oliveira. A divisão do trabalho: uma análise comparativa das teorias de Karl Marx e Émile Durkheim. **Portal de e-governo: inclusão digital e sociedade do conhecimento**, [200?]. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/divis%C3%A3o-do-trabalho-uma-an%C3%A1lise-comparativa-das-teorias-de-karl-marx-e-emile-d%C3%BCrkheim>. Acesso em: 05 set. 2018.

CERQUEIRA, Hugo. Adam Smith e o surgimento do discurso econômico. **Revista de economia política**, v. 24, n. 3, p. 422-441, 2004. Disponível em: <http://www.rep.org.br/PDF/95-7.PDF>. Acesso em: 05 set. 2018.

COUTINHO, Maurício Chalfin. **Lições de economia política clássica**. 1990. 228f. Tese (Livre Docência). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/285903>. Acesso em: 05 set. 2018.

DINIZ, Ana Paula Rodrigues. Feminidades e masculinidades no trabalho. In: CARRIERI, Alexandre de Pádua. TEIXEIRA, Juliana Cristina. NASCIMENTO, Marco Cesar Ribeiro (Org.). **Gênero e trabalho: perspectivas, possibilidades e desafios no campo dos estudos organizacionais**. Salvador: Edufba, 2016. p. 95-130.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ENDLICH, Ângela Maria. Divisão social do trabalho: breve paralelo de clássicos – Comte, Durkheim, Weber e Marx. **Boletim de Geografia**, v. 15, n. 1, p. 47-56, 1997. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/12879>. Acesso em: 05 set. 2018.

GORENDER, Jacob. Introdução – O nascimento do Materialismo Histórico. In: MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 05 set. 2018.

HIRATA, Helena. KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez., p. 595-609, 2007. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/344>. Acesso em: 05 set. 2018.

HIRATA, Helena. ZARAFIAN, Philippe. Trabalho (conceito de). In: HIRATA, Helena. LABORIE, Françoise. LE DOARÉ, Hélène. SENOTIER, Danièle (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 251-256.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua**. Rio de Janeiro, jan./mar.2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=72421>. Acesso em: 05 set. 2018.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena. LABORIE, Françoise. LE DOARÉ, Hélène. SENOTIER, Danièle (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67-76.

LONGINO, Helen. Epistemologia feminista. In: GRECO, John; SOSA, Ernest (Org.). **Compêndio de Epistemologia**. São Paulo: Edições Loyola, 2008. p.505-545.

LÖWY, Ilana. Ciências e gênero. In: HIRATA, Helena. LABORIE, Françoise. LE DOARÉ, Hélène, SENOTIER, Danièle (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 40-44.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PAULA, João Antônio de; CERQUEIRA, Hugo E. A. da Gama; ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta e. Trabalho e Conhecimento: Lições de Clássicos para a Análise do Capitalismo Contemporâneo. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 419-445, jul.2016. Disponível em: <http://www.journals.usp.br/ee/article/view/117652>. Acesso em: 05 set. 2018.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de sociologia e política**, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31624>. Acesso em: 05 set. 2018.

QUINTANEIRO, Tania. BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. OLIVEIRA, Marcia Gardênia Monteiro de. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

QUIRINO, Raquel. Divisão sexual do trabalho, gênero, relações de gênero, e relações sociais de sexo: aproximações teórico-conceituais em uma perspectiva marxista. **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 229-246, mai./ago.2015. Disponível em: <https://seer.ufmg.br/index.php/trabedu-/article/view/7830>. Acesso em: 05 set. 2018.

QUIRINO, Raquel. **Mineração também é lugar de mulher!** Desvendando a (nova?!) face da divisão sexual do trabalho na mineração. 2011. 289f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUOS-8NTGLQ>. Acesso em: 05 set. 2018.

RIAL, Carmen; LAGO, Mara Coelho de Souza; GROSSI, Miriam Pillar. Relações Sociais de Sexo e Relações de Gênero: entrevista com Michèle Ferrand. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.13, n.3, set./dez.2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2005000300013>. Acesso em: 05 set. 2018.

RIBEIRO, Ludmila Maria Batista de Brito. HANASHIRO, Darcy Mitiko Mori. Gênero e Marxismo: a abordagem das relações sociais entre sexos. In: CARRIERI, Alexandre de Pádua. TEIXEIRA, Juliana Cristina. NASCIMENTO, Marco Cesar Ribeiro (Org.). **Gênero e trabalho**: perspectivas, possibilidades e desafios no campo dos estudos organizacionais. Salvador: Edufba, 2016. p. 95-127.

RUBIN, Isaac Ilich. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovanni. Força de trabalho feminina no Brasil: no interior das cifras. **Perspectivas**, v. 8, p. 95-141, 1985. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas-/article/view/1848>. Acesso em: 05 set. 2018.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez.1995. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 05 set. 2018.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia clássica**: Marx, Durkheim e Weber. Petrópolis: Vozes, 2010.

SMITH, Adam. **Riqueza das Nações** – investigação sobre natureza e suas causas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

Data da submissão: 12/03/2019

Data da aprovação: 09/04/2020